

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.302 - PI (2019/0357166-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : FRANCISCO DAS CHAGAS PINHEIRO DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FRANCISCO DAS CHAGAS PINHEIRO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, proferido no julgamento do HC n. 0710452-89.2019.8.18.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante na data de 04/06/2019 pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, inc. VI, do Código Penal - CP (feminicídio). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva (fls 18/22).

A defesa impetrou *habeas corpus* originário perante a Corte estadual que denegou a ordem em acórdão que ficou assim resumido (fl. 73/74):

**"PROCESSO PENAL - HABEAS CORPUS - FEMINICÍDIO - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO - INOCORRÊNCIA - DECISÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MODUS OPERANDI - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - ORDEM CONHECIDA, MAS DENEGADA - DECISÃO UNÂNIME.**

1. *Havendo prova da existência do delito e indícios suficientes de autoria, poderá então ser decretada a prisão preventiva para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, desde que o magistrado aponte fatos que justifiquem a necessidade da medida extrema, sob pena de nulidade da decisão proferida;*

2. *Na hipótese, partindo-se da premissa de que há prova da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria (art. 312, caput do CPP), verifico que agiu acertadamente o magistrado a quo ao decretar a prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do crime e periculosidade do paciente, demonstrada pelo modus operandi, uma vez que foi praticado mediante extrema violência e crueldade, configurada pelos golpes desferidos contra a vítima com o emprego de uma arma branca, sem*

*possibilidade defesa, o que resultou na sua morte, não havendo pois que falar em ausência de fundamentação no decisum. Precedentes;*

*3. As condições pessoais favoráveis não têm o condão de per si garantirem a revogação da custódia. Precedente do STJ.*

*4. Ordem conhecida, mas denegada, à unanimidade".*

No presente recurso, reitera não estarem presentes os requisitos para a imposição da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP, haja vista a ausência de fundamentação concreta para embasar o decreto prisional, aduzindo possuir o recorrente condições pessoais favoráveis para responder à ação penal em liberdade, pois é primário e de bons antecedentes.

Defende, ainda, a suficiência das medidas cautelares alternativas à constrição estabelecidas no art. 319 do Código de Processo Penal - CPP.

Requer, em sede liminar e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva do recorrente, com a expedição de alvará de soltura em seu favor, se necessário, mediante a aplicação das medidas cautelares diversas da constrição.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator